

Professores já ameaçam parar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Associação dos Docentes de Ensino Superior (Andes), Newton Lima Neto, disse que "o sentimento entre os professores universitários é de revolta e a idéia geral é de que, se o governo não reparar os níveis dos salários no início do próximo ano, as aulas não deverão iniciar-se em março nas universidades federais". Ele esteve ontem com o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, a quem entregou uma pauta mínima de reivindicações e fez um relatório sobre as atividades nas instituições de ensino superior em 86.

Na pauta de reivindicações a Andes pede a imediata adoção de um plano de carreira única para os docentes das fundações e autarquias; equiparação salarial plena, com correção de acordo com o índice de inflação calculado pelo Dieese; apresentadoria integral; e verbas de custeio e capital para as instituições federais, que este ano não alcançou nem 30% do que foi solicitado.

Os professores, segundo o presidente da Andes, consideraram revoltante a forma como o governo, e especialmente o MEC, tratou a reivindicação salarial da categoria, que foi prometida durante todo o ano, mas não chegou a ser efetivada. A maior luta dos professores é a equiparação dos salários entre as universidades fundacionais e autárquicas e por isso eles apresentaram ao MEC, em setembro, uma proposta de tabela salarial.

Atualmente, um professor titular — com dedicação exclusiva — de uma fundação recebe um salário mensal de Cr\$ 17.500,00, enquanto o salário de um professor de uma autarquia é de Cr\$ 15.000,00. Na tabela

de salário proposta pela Andes, o professor titular, tanto de uma universidade fundacional como autárquica, deve ter um salário mínimo de Cr\$ 37.064,00, dedicando-se exclusivamente a esta atividade. Newton Lima lembrou, entretanto, que se esse salário for concedido em janeiro ou fevereiro, ele deverá ainda ser reajustado de acordo com o índice de inflação calculado pelo Dieese.

O presidente da Andes declarou também que a proposta de não retornar às aulas em março, caso não seja concedido aumento de salários, já foi aprovada pela categoria em assembleias regionais e deverá ser homologada no congresso nacional da Andes, que será realizado na última semana de janeiro, em Goiânia.

Sobre a atuação do MEC, no decorrer deste ano, junto às universidades federais, o presidente da Andes, classificou como decepcionante, uma vez que as verbas foram insuficientes, não houve contratações excepcionais de professores — como o próprio MEC havia pleiteado, mas o governo recuou — nem a recuperação das instalações e a universidade viu-se condenada à estagnação.

Os docentes afirmam que nem mesmo o programa Nova Universidade, lançado este ano para consolidar o sistema de educação superior, alterou significativamente este quadro. Neste primeiro ano, segundo Newton Lima, o programa distribuiu 75% de suas verbas para as universidades federais e 25% para as particulares. O presidente da Andes ressaltou que não está correto o governo subsidiar as mantenedoras de ensino privado e que o programa foi incoerente ao concentrar suas verbas no MEC, ferindo a autonomia das universidades.